

Revisão da lei dos mananciais é bem vista

Debate promovido pelo Estado analisa futuro das bacias hidrográficas em São Paulo

CLAUDIO AUGUSTO

Em debate realizado no dia 31 na sede do Estado, representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade civil analisaram o anteprojeto de revisão da Lei de Proteção aos Mananciais...

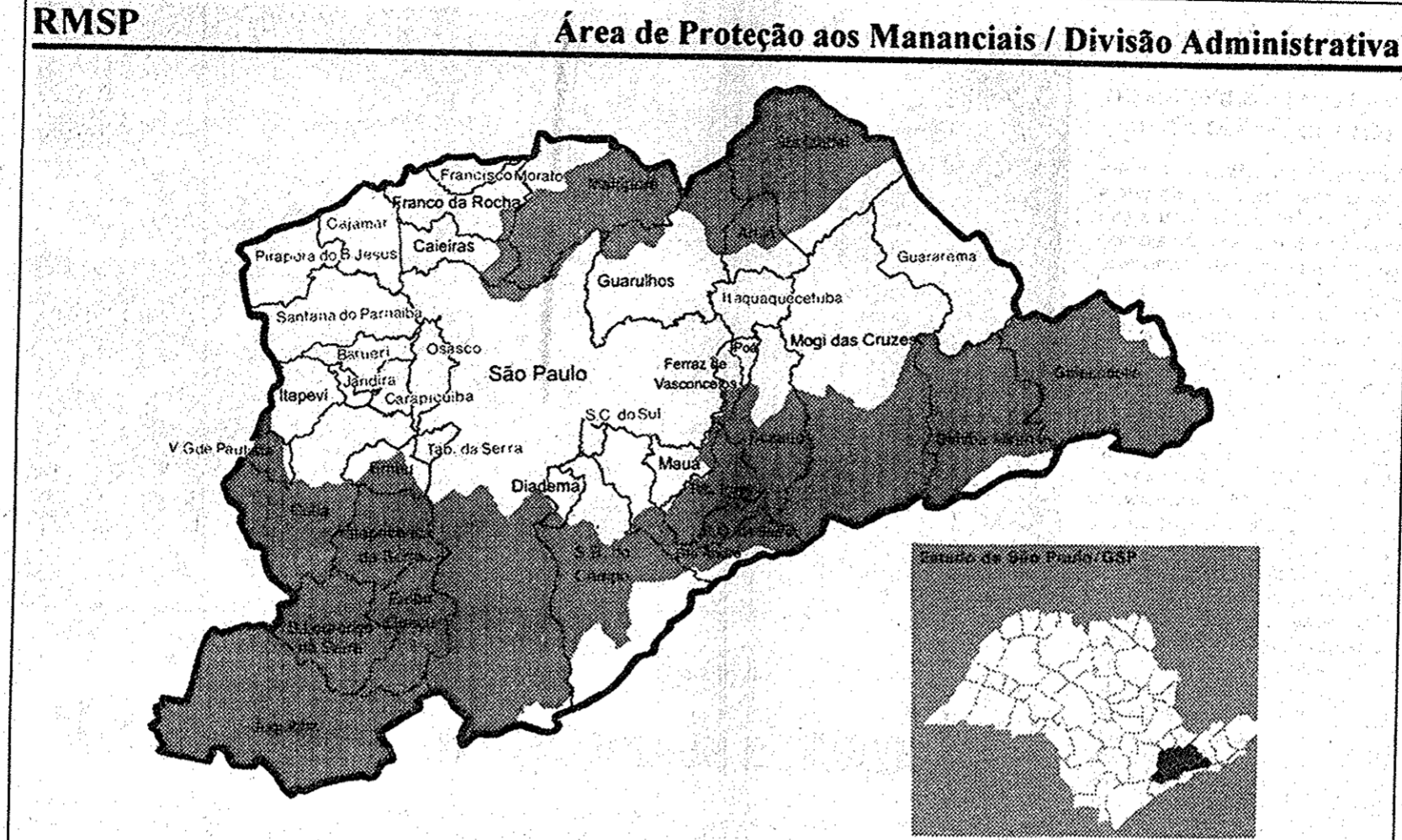
Fábio Feldmann — O anteprojeto de lei tem três princípios básicos: a gestão por bacia hidrográfica, a co-gestão dos recursos hídricos e a cobrança pelo uso de água...

Lúcia de Sena — Nós discutimos a respeito dos problemas que a legislação atual tinha e chegamos à necessidade de primeiramente ampliar a base territorial da legislação...

Paulo Guidetti — Nós temos praticamente 60% do município dentro da área de proteção aos mananciais. Entendemos como altamente positiva essa proposta do Estado...

Raquel Rolnik — Eu queria tratar da questão sob outro ponto de vista. O que aconteceu efetivamente? Por que essas áreas de proteção aos mananciais na região metropolitana de São Paulo...

Feldmann — A grande novidade da agência de bacia e do sistema de recursos hídricos é a cobrança pelo uso da água, que vai gerar um recurso que eventualmente permitirá ao Estado sair da posição passiva...



Mapa das áreas de mananciais na Grande São Paulo: governo estadual espera que Assembléia Legislativa vote projeto até o ano que vem

rias, como reforçou isso tremendamente. Embora se tenha falado já desde a década de 70 que o eixo prioritário de expansão da cidade deveria ser o Leste, já que o Sul é mais frágil do ponto de vista ambiental...

menor renda também devem ser priorizadas. A gente tem de esquecer que existe uma boa técnica que seja capaz de resolver o conflito pelo uso da terra. É nesse sentido que os instrumentos de gestão são muito importantes, porque

na verdade a grande questão é como esses interesses se manifestam, que espaço eles têm para se manifestar, qual é o filtro que determina interesses mais legítimos ou menos legítimos do ponto de vista do interesse público...

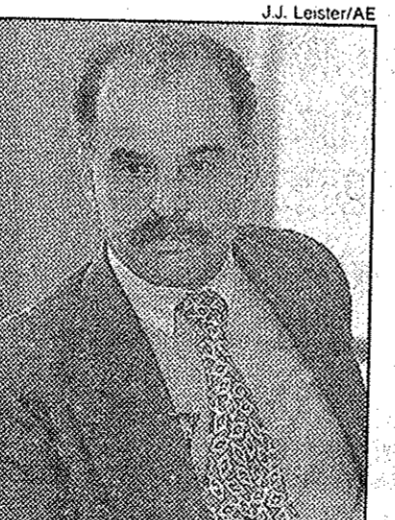
Feldmann — O Estado, nessa lei de mananciais, pelo menos formalmente, deixa de intervir. As áreas ficam "congeladas", o Estado fica passivamente congelado, com uma fiscalização absolutamente precária...



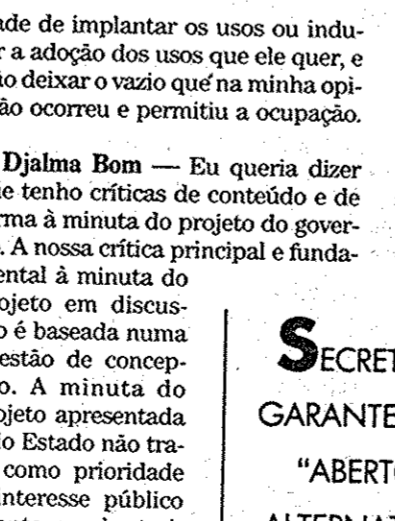
Feldmann: processo dinâmico



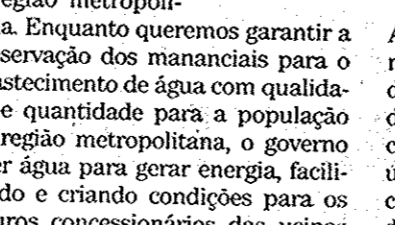
Lúcia: áreas de intervenção



Guidetti: decisões urgentes



Djalma Bom: críticas à minuta



Bocuhy: omissão do governo



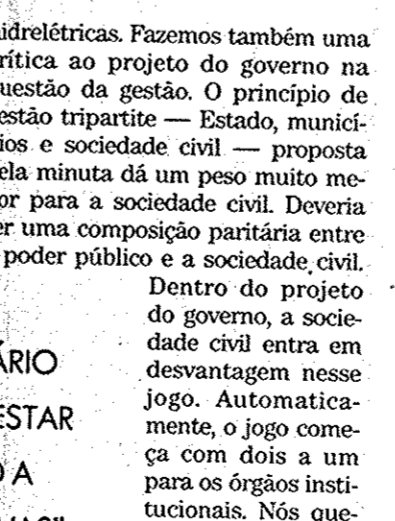
Bocuhy: omissão do governo



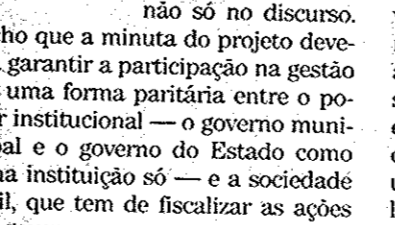
Raquel: reverter expansão de SP



Feldmann: processo dinâmico



Guidetti: decisões urgentes



Raquel: reverter expansão de SP

Carlos Bocuhy — Estamos ligados diretamente a essa questão próxima dos mananciais, acompanhando o passo a passo, por exemplo, no caso do município de São Bernardo do Campo, onde uma CPI dos mananciais cita 233 nomes envolvidos. A CPI está no Ministério Público hoje. Essas populações são usadas. A gente coloca o prefeito como refém da especulação imobiliária...

Feldmann — Eu acho que há muita convergência entre o projeto do deputado Djalma Bom e o nosso. Com relação à questão colocada de privatização, acho que é um comentário impertinente e não tem evidência concreta de que isso esteja ocorrendo. É uma crítica, na minha opinião, altamente ideológica, em oposição a um processo mais amplo do governo que está realmente privatizando o setor energético...

Estado — Por que o senhor não autoriza as ligações de luz e esgoto solicitadas por São Bernardo?

Feldmann — Já existe uma questão "interna corporis" de governo e de governos. Nós somos da opinião de que um dos fatores que dificultou muito a eficácia da lei atual foi a ação do poder público de maneira generalizada, que passou a instalar elementos de infra-estrutura urbanística: luz, água, telefone e transporte coletivo. Isso consolidou as ocupações. Neste governo, pela primeira vez na história da lei de mananciais, nós impedimos a instalação de luz e água. Há uma pressão enorme no sentido de regularizar essas áreas, exatamente porque há situações de determinadas ruas que têm luz até um determinado ponto e a partir dali não existe mais luz. Eu queria dizer que o sentido da pressão que une

do PT ao PFL é a mera regularização dos mananciais, é a legalização da situação dada. E o governo, para não partir para uma linha que não consideramos correta, ao invés de simplesmente mandar um projeto de lei de anistia, que é o que de fato "a sociedade local" quer, o governo rediscute e coloca para a sociedade a discussão em que ele pretende criar regras com a participação da sociedade para evitar o mero projeto de anistia.

Guidetti — Existem algumas coisas que têm de acontecer dentro de um contexto, dentro de um consenso. Pegando o próprio exemplo que o senhor usou, quando o senhor fala da ligação de luz, nós pagamos à Eletropaulo R\$ 1,2 milhão para execução de extensão de rede, só que por uma determinação da sua secretaria a Eletropaulo não instala e também não dá nenhum retorno ao município daquele investimento feito. A secretaria não aprova e a população acaba sofrendo um desgaste, um problema. Existem questões de habitabilidade que vamos ter de passar até a aplicação dessa nova lei e temos muita gente lá sofrendo.

Estado — O senhor está dizendo que a ocupação está consolidada e não oferecer infra-estrutura é uma alternativa pior?

Guidetti — É muito pior. A degradação do meio ambiente de uma forma não-racional é muito mais predatória do que autorizar, por exemplo, o tratamento do esgoto gerado. Com pequenas estações de tratamento, estariam preservando o manancial. Agora, ao não cuidar imediatamente disso, nós vamos só estar empurrando e agravando o problema. É o que tem acontecido durante esses dois anos.

Feldmann — Tem uma questão que eu acho importante. No Brasil, criou-se uma situação em que o próprio poder público aceita a lei que pega e a lei que não pega. Então o que nós estamos fazendo — e podemos ser criticados por isso — é cumprir o que a legislação dos mananciais determina. Com relação à prefeitura, eu quero dizer que de fato foi depositado R\$ 1,2 milhão. Até consultei a Eletropaulo. São Bernardo deve R\$ 9 milhões. Quando pagarem isso, a Eletropaulo descontará R\$ 1,2 milhão. Se há uma orientação de governo ou uma lei que determina que não se pode ocupar determinada área, a Eletropaulo não pode instalar luz elétrica.

Raquel — Ao se colocar na posição de um prefeito, a gente não pode esquecer que as pressões que o Executivo sofre não são só as pressões dos agentes econômicos de especulação imobiliária, mas são também as pressões do povo que quer ficar lá e não tem onde morar. Na verdade, a melhor solução para isso é a gente manter um sistema totalmente fechado e corporativo, uma lei totalmente técnica e deixar o campo aberto para todas as negociações políticas sem baliza. É bárbaro, você troca por voto uma coisa que é totalmente sem parâmetro.

Lúcia — Mas a proposta traz um conceito novo. É um conceito de recuperação que a legislação atual não coloca. Nós propusemos três grandes áreas. A primeira seria a área que corresponderia à área de preservação permanente, estabelecida hoje não só na primeira categoria da lei como no Código Florestal. Em segundo lugar, nós temos uma área de ocupação dirigida, que seriam áreas urbanas ou rurais com ações efetivas do governo no sentido de direcionar para usos compatíveis. Também é uma grande novidade da minuta. Em terceiro lugar, a área de recuperação, que é exatamente onde o secretário coloca que nós temos absoluta consciência da necessidade de intervenção do governo no sentido de saneamento.

Bocuhy — Com relação ao conflito entre Estado e município, ele é aparente. Porque o município continua se expandindo e o Estado faz de conta que não vê. O Estado não tem uma fiscalização eficiente. Então, na prática, esse conflito não existe. Ele só aparece na imprensa, mas do ponto de vista da degradação ambiental não existe esse conflito. A degradação continua. O Estado não está presente e não esteve presente até agora na questão dos mananciais. O Estado foi omissivo durante esses últimos 20 anos e as prefeituras também foram omissas. Talvez a própria sociedade tenha sido omissa. A preservação não foi priorizada.

PROIBIÇÃO PURA E SIMPLES NÃO IMPEDE OCUPAÇÃO

EXPANSÃO PERIFÉRICA DEVE SER REVISTA, DIZ RAQUEL ROLNIK

SECRETÁRIO GARANTE ESTAR "ABERTO A ALTERNATIVAS"

Acho que a minuta do projeto deveria garantir a participação na gestão de uma forma paritária entre o poder institucional — o governo municipal e o governo do Estado como uma instituição só — e a sociedade civil, que tem de fiscalizar as ações do governo.